



Muro grafitado no Câmpus do Vale (2008) foi coberto de tinta. Ato acirrou debates sobre danos ao patrimônio e também ações em defesa da liberdade de expressão

A autoridade do conhecimento

Marcia C. Barbosa*

A estudante de graduação comenta apreensiva com sua orientadora: “Professora, aquela pessoa ali pensa que a Terra tem somente 6.000 anos e não acredita que existiram dinossauros”. A orientadora, em tom levemente arrogante, responde: “Pouco importa o que essa pessoa pensa, a Terra continuará tendo cerca de 4,5 bilhões de anos, e os dinossauros continuarão tendo existido”. A estudante insiste: “Mas a pessoa que pensa essas inverdades é um senador da República!”. Aí a professora percebe a gravidade da situação. A cena apresentada no cartoon do desenhista americano Randall Munroe ilustra que pessoas que acreditam em inverdades não devem ser ignoradas, pois elas elegem congressistas e até mesmo presidentes. Os danos causados por seguidores das mentiras são sérios e podem reverter o progresso alcançado pela sociedade.

A cientista Jane Lubchenco conta que, ao apresentar ao congresso americano a proposta de ampliar o sistema de satélites que monitoram o clima e a previsão de tempo daquele país, ouviu um congressista dizer que os satélites não eram necessários, pois ele usava o canal do tempo (Weather Channel) para acompanhar a previsão de chuva. Esse congressista ignora que o canal do tempo usa os satélites mencionados pela pesquisadora. Ele se recusa a acreditar na cientista, pois ela traz uma mensagem que vai de encontro ao que ele deseja, uma vez que é preciso investir para monitorar o tempo e o clima.

Os filmes de desastre ilustram bem a situação. Invariavelmente iniciam com o pesquisador alertando sobre algo terrível que irá acontecer em uma determinada região se não houver uma prevenção que implique investir recursos ou abrir mão de algum prazer. Esse alerta é ignorado pelos políticos e pela popu-

lação. Eles o tomam como uma diminuição de lucros dos negócios de sua região. Prevenir desastres implica a população mudar seus hábitos. O conhecimento, por vezes, traz à luz uma verdade inconveniente.

Por que confiar nesse tal de conhecimento que pode dizer coisas chatas que ninguém quer ouvir? O site *Our World in Data*, da Universidade de Oxford, mostra que a média de vida dos europeus no final do século XVII era de 35 anos de idade e que esse valor cresceu a partir do final do século XIX, atingindo os 80 anos no século XX. A ampliação do tempo de vida dos humanos não foi um fenômeno natural. Ela se deu graças à explosão do conhecimento. A revolução industrial serviu como uma catalisadora da tecnologia, da agricultura, da saúde, da informação e da democracia.

Se o conhecimento tem esse papel transformador, por que ele não tem autoridade? Por que as pessoas não acreditam no conhecimento? Max Weber diz que a nossa sociedade identifica três formas de autoridade: a tradicional, a legal e a carismática. A primeira é fruto do respeito aos mais velhos. É a voz de mãe capaz de parar os mais audazes. A autoridade legal reside no arcabouço jurídico através do qual se estruturam as nações. As leis são obedecidas por um acordo de convivência e por medo. A terceira, a carismática, é baseada em seguir pela fé as palavras de pregadores, políticos ou malabaristas sociais – palavras estas que são repetidas sem serem alicerçadas em evidências. Weber pensava que, com o crescimento das nações, somente a autoridade legal sobreviveria. Ele estava enganado, pois o nosso mundo recentemente tem sido guiado por personagens carismáticos. O conhecimento, no entanto, não cabe em nenhuma das categorias elencadas por Weber. Ele não é tradicional ou legal ou carismático.

Por que o conhecimento precisa ser uma autoridade? Ele não deveria ser algo reproduzível, baseado em evidências, incontável para todos? Infelizmente o arcabouço científico, econômico e social ficou tão complexo que é quase impossível hoje uma pessoa de fora de uma área compreender o conhecimento da outra. Um médico não conseguiria reproduzir um experimento de ondas gravitacionais; um físico, uma análise de entrevistas sociais; ou um sociólogo, uma pesquisa sobre a validade das vacinas. A autoridade, nesse sentido, emerge, pois o conhecimento se constrói sobre evidências que são acordadas por um júri muito especial com especialistas em cada área. As vacinas têm sua efetividade testada por especialistas; por isso, sabemos que elas funcionam. Acreditamos no boson de Higgs porque foi testado por um grupo enorme de físicos no CERN.

A autoridade do conhecimento não é baseada na fé, mas na credibilidade. Para exemplificar a distinção entre fé e credibilidade, basta imaginar uma pessoa que está perdida à procura de uma determinada rua. Ela pode perguntar a um transeunte e, diante de suas indicações, seguir as instruções desse completo estranho. Este é um ato de fé, já que o estranho pode estar mentindo ou equivocando. Aliás, esse estranho não tem constância, pois pode indicar um caminho certo hoje e um equivocado amanhã. Outra alternativa para essa pessoa perdida é consultar o GPS do seu celular. O GPS tem credibilidade, pois dá o mesmo resultado, independentemente de humor ou de caprichos, pois se baseia nas evidências que constroem o conhecimento.

Como construir a autoridade do conhecimento? Um primeiro passo é arrumarmos nossa própria casa. Nossas universidades são um agregado de nações que parecem viver soberanas: a nação das artes, a das ciências

sociais, a das ciências biológicas, médicas, agrárias, exatas e tecnológicas. Cada compartimento universitário respeita a autoridade do seu conhecimento, mas não a do outro. Se verdadeiramente déssemos credibilidade ao conhecimento que geramos, teríamos uma universidade bem diferente. O ensino com aprendizagem ativa estaria presente em todos os cursos, os prédios teriam tecnologias sustentáveis, haveria exposições de arte nas engenharias e debates sobre política na física. Se a universidade acreditasse no conhecimento que produz, nossa gestão usaria ferramentas mais modernas e nossos câmpus seriam exemplos de diversidade dos estudantes à administração central. Se a universidade quer usufruir da autoridade do conhecimento, precisa construí-la em sua casa.

A academia precisa igualmente sair de sua torre encantada e construir junto à população a credibilidade. Isso se faz atuando no que sabemos melhor fazer: ensinando. Esse ensino, no entanto, deve ser bem diferente do que fazemos na maioria dos nossos cursos, pois o primeiro passo é ouvir. Ouvir é fundamental para compreender onde o outro está e com qual fundação já conta para realizar a construção. Ouvir e construir. Obviamente haverá os que nunca escutam nada além da sua própria escolha.

O caminho a trilhar pela universidade em tempos em que carismáticos desonestos usam mídias sociais para pregar a mentira conveniente não é fácil. Mas outros vieram antes de nós e garantiram nosso direito à fala. Cabe a nós garantir o direito à escuta para que a boa nova da autoridade do conhecimento se torne um instrumento para o desenvolvimento. Junt@s Podemos.

*Professora Titular do Instituto de Física da UFRGS